

**CONTRATO Nº 85/2023**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 311/2023 - SEMDES**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2023**

Por este instrumento, o **MUNICÍPIO DE TIMON**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS**, inscrito no CNPJ sob o n.º 14.756.022/0001-90, doravante designado **CONTRATANTE**, por intermédio do seu representante legal, o Senhor **MARCUS VINÍCIUS CABRAL DA SILVA**, brasileiro, divorciado, RG nº 1.870.775 SSP-PI, CPF 879.120.403-82, residente e domiciliado na Avenida Luís Firmino de Sousa, nº 1237, bairro São Benedito, Timon/MA e **HIPER FRIOS MAGALHAES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 23.724.465/0001-90, com sede na AV. Presidente Médici, bairro Parque Piauí, Timon/MA, CEP 65.631-391, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pela Sra. **FRANCIMÁLIA MAGALHÃES DE PAIVA DIAS SAMPAIO**, brasileira, inscrita no CPF: 629.948.753-49 e RG: 1951620, residente domiciliada na Rua Marcos Batista da Silva, nº 17, QD 62, Casa 17, Residencial Flores, Boa Vista, Timon/MA, firmam o presente Contrato, regido pela Lei Federal n.º 8.666/93, de 21.06.1993, e suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Contratação de empresa para aquisição de peças para manutenção corretiva nos aparelhos de ar-condicionado para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social-SEMDES.

ITEM	QTDE	UND.	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	3	UND	Compressor rotativo 9.000 btus 220v	R\$ 700,00	R\$ 2.100,00
2	3	UND	Compressor rotativo 12.000 btus 220v	R\$ 950,00	R\$ 2.850,00
3	3	UND	Compressor rotativo 18.000 btus 220v	R\$ 1.100,00	R\$ 3.300,00
4	5	UND	Capacitor de 25 + 2,5 mfd	R\$ 32,00	R\$ 160,00
5	5	UND	Capacitor de 35 mfd	R\$ 35,00	R\$ 175,00
6	5	UND	Capacitor de 40 mfd	R\$ 37,00	R\$ 185,00
7	5	UND	Capacitor de 50 + 2,5 mfd	R\$ 42,00	R\$ 210,00
8	10	UND	Sensor de degelo	R\$ 25,00	R\$ 250,00
9	10	UND	Sensor de ambiente	R\$ 25,00	R\$ 250,00
10	10	UND	Placa Universal	R\$ 160,00	R\$ 1.600,00
11	2	UND	Motor ventilador universal evaporadora EOS	R\$ 290,00	R\$ 580,00
12	2	UND	Motor ventilador universal condensadora	R\$ 440,00	R\$ 880,00
13	20	UND	Isolante esponjoso 1/4	R\$ 8,00	R\$ 160,00
14	20	UND	Isolante esponjoso 1/2	R\$ 9,00	R\$ 180,00
15	20	UND	Isolante esponjoso 3/8	R\$ 10,00	R\$ 200,00
16	20	UND	Isolante esponjoso 5/8	R\$ 10,00	R\$ 200,00
17	50	UND	Fita PVC	R\$ 10,00	R\$ 500,00
18	1	UND	Gás R22 13,6kg	R\$ 900,00	R\$ 900,00
19	1	UND	Gás R410-A	R\$ 700,00	R\$ 700,00
20	5	UND	Controle remoto universal	R\$ 50,00	R\$ 250,00



21	10	UND	Porca 1/4	R\$ 8,00	R\$ 80,00
22	10	UND	Porca 1/2	R\$ 12,00	R\$ 120,00
23	10	UND	Porca 3/8	R\$ 10,00	R\$ 100,00
24	10	UND	Porca 5/8	R\$ 15,00	R\$ 150,00
25	2	UND	Turbina evaporadora 12000	R\$ 400,00	R\$ 800,00
<b>VALOR TOTAL:</b>					<b>R\$ 16.880,00</b>
(DEZESSEIS MIL OITOCENTOS E OITENTA REAIS)					

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VICULAÇÃO E DA FUNDAMENTAÇÃO

- 2.1. O presente contrato está vinculado ao procedimento de **Dispensa de Licitação n° 28/2023**, e tem como fundamentação legal o Artigo 24, II, da Lei 8.666/93.
- 2.2. Fazem parte deste contrato o **Processo Administrativo n.º 311/2023** com todas as suas peças, dentre elas: Termo de referência, Declaração de disponibilidade Orçamentária, Justificativa para a contratação, proposta dos itens e preço, cujas disposições devem ser integralmente cumpridas, mesmo que aqui não tenham sido reproduzidas ou contempladas.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS

- 3.1. O valor global deste contrato é de R\$ **16.880,00 (dezesseis mil e oitocentos e oitenta reais)**, conforme proposta de preço apresentada pela CONTRATADA, que integra este instrumento.
- 3.2. No preço já estão incluídos todos os custos e despesas, inclusive taxas, impostos, embalagens, seguros, licenças e outros custos relacionados ao objeto.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – PRAZOS

- 4.1. O prazo de vigência do **CONTRATO** será até **31/12/2023**, contados a partir da data de sua assinatura e publicação do seu extrato na imprensa oficial.
- 4.2. A ordem de fornecimento será de inteira responsabilidade e iniciativa dos órgãos usuários do Pregão, cabendo aos mesmos todos os atos burocráticos indispensáveis para Administração Pública.
- 4.3. O fornecimento do objeto deverá ser feito conforme o Termo de Referência, respeitando a necessidade do órgão ou ente.
- 4.3.1. Correrão por conta da Contratada as despesas de seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do objeto e/ou substituições indicadas pela equipe ou pessoa designada para fiscalização caso detectarem alguma irregularidade no fornecimento.
- 4.4. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá descrever no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) ou outro documento de identificação oficial do servidor do Órgão Contratante responsável pelo recebimento.
- 4.5. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:
- Referindo-se a especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
    - Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantendo o preço inicialmente contratado;
    - Referindo-se à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, sob pena de rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis;



- b.1) Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação por escrito, mantendo o preço unitário inicialmente contratado.
- c) Outro prazo poderá ser acordado, desde que não restem prejuízos para a Administração.
- 4.6. O objeto do contrato deverá ser recebido conforme determinar a autoridade contratante, conforme seja o caso, com emissão de relatório de execução do objeto na forma contratada, acompanhado da nota fiscal/fatura, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência resumido que integra este Contrato.
- 4.7. Quando rejeitado o objeto no todo ou em parte, a contratada deverá substituí-lo no prazo estabelecido pela Administração, observando todas as condições inicialmente estabelecidas.
- 4.8. Caso seja impossível de serem substituídos os objetos que forem rejeitados, ou na hipótese de não serem executados, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida a Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 5.1. Os pagamentos serão efetuados conforme adimplemento da condição, em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) dias úteis do mês subsequente ao fornecimento dos bens, ou em outro prazo inferior que poderá ficar ajustado com o contratante, inclusive quanto aos parcelamentos, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela fiscalização e notas de recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS E PIS/PASEP.
- 5.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).
- 5.3. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:
- a) A multa será descontada no valor total do respectivo contrato; e
  - b) Se o valor da multa for superior ao valor devido pelo objeto, responderá a Contratada pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 5.4. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo para pagamento começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigidas.
- 5.5. A retenção dos tributos não será efetuada caso a Contratada apresente junto com sua Nota Fiscal a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.
- 5.6. A Contratada terá que apresentar, para pagamento: comprovação de sua regularidade, perante a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito – CND) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade de Situação – CRS), Prova de Regularidade com a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 5.7. O Contratante se reserva o direito de suspender o pagamento se o objeto contratual for prestado em desacordo com as especificações constantes deste Instrumento.
- 5.8. Somente poderá ocorrer o reajuste do valor registrado/contratado quando:
- 5.8.1. Nas hipóteses em que sobrevierem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis para a Administração, retardadores ou impeditivos da

*Handwritten signature/initials in blue ink.*



execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, sempre objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

5.9. Para os contratos oriundos da Ata de Registro de Preços se reconhece o direito a reajuste e repactuação, desde que devidamente comprovados, nos termos legais.

## **6. DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1 As despesas de que trata o presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

**Unidade Gestora: 021902 – Fundo Municipal de Assistência Social-FMAS.**

**Projeto Atividade: 2183 – Manut. do Prog. Criança 2013-CRAS; 2014-Piso fco Média Complexidade CREAS/MSE/CENTRO POP/ABORDAGEM SOCIAL; 2016-Piso Fixo de Alta Complexidade PAC I CRIANÇA/ADOLES. e PAC II-RES. INCLUS./ABRI.POP/SERV.ACOLHIM.ADULTO/FAMILIA; 2164-Serv. de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, 2226-Manutenção do Auxílio Brasil; 2171-Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social.**

**Elemento de Despesa: 3.3.90.30- Material de Consumo.**

**Fonte de Recurso:500- Recurso Próprio e660- Tranf. do FNSA.**

## **7. CLÁUSULA SEXTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei no 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02.

7.2. A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada sobre o valor do objeto não executado, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:

- a) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 10 (dez) dias;
- b) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 15 (quinze) dias;
- c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias, findo o qual o Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

7.2.1. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada cometer qualquer infração às normas legais Federais, Estadual e Municipal, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

7.2.2. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

- a) Executar objeto em desacordo com o Termo de Referência, normas e técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;

*Leto  
F. M. M.*

b) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos ao Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

### **7.3. ADVERTÊNCIA**

7.3.1. A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

- a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Município de Timon, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;
- b) Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
- c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades do órgão solicitante, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

### **7.4. SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO**

7.4.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Timon pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei nº 10.520/02.

### **7.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

7.5.1. A declaração de inidoneidade será proposta pelo agente responsável para o acompanhamento da execução contratual à Administração se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Município de Timon, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Município de Timon ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

7.5.2. A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a Administração, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

7.5.3. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada à Contratada nos casos em que:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de Timon, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) Reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio da Administração, em caso de reincidência;

*Handwritten signature and date:*  
[Signature]  
12/04/20



- e) Apresentar à Administração qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;
- f) Praticar fato capitulado como crime pela Lei nº 8.666/93.

7.6. Independentemente das sanções a que se referem os itens 6.2 e 6.4 da Cláusula VI, a Contratada está sujeito ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizado:

- a) Civilmente, nos termos do Código Civil;
- b) Perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;
- c) Criminalmente, na forma da legislação pertinente.

7.7. Nenhum pagamento será feito ao executor do objeto que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

7.8. As sanções serão aplicadas pelo titular da Administração, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

7.9. As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

## **8. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. Em cumprimento às suas obrigações, cabe à CONTRATADA, além das obrigações constantes das condições para a execução do objeto e daquelas estabelecidas em lei:

8.2. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outros que vierem a substituí-lo, alterá-lo ou complementá-lo;

8.3. Atender prontamente às requisições dos entres contratantes para o fornecimento dos itens discriminados no Contrato/Termo de Referência.

8.4. Responsabilizar-se civil e criminalmente, pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato/objeto;

8.5. Responder pelo extravio de qualquer bem patrimonial ou de consumo do Município de Timon/MA, em decorrência da execução do objeto deste contrato, desde que devidamente comprovado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

8.6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, salvo mediante prévia e expressa autorização do Órgão Contratante.

8.7. Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência.

8.8. Prestar os esclarecimentos desejados, bem como, comunicar ao Contratante, através do representante ou diretamente quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final do objeto.

8.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, entre outras despesas como transporte, embalagens, seguros e entregas relacionados ao objeto.

*[Handwritten signature]*

## **9. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

9.1. São obrigações do Contratante:

- 9.1.1. Será responsável pela lavratura do respectivo Contrato, com base nas disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 9.1.2. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o Contrato.
- 9.1.3. Emitir a “REQUISIÇÃO” autorizadora do fornecimento contratado.
- 9.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com o estabelecido no Contrato.
- 9.1.5. Fiscalizar a execução do Contrato, através de servidor especialmente designado, conforme dispõe o art. 67 da Lei nº 8.666/93.

## **10. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO**

10.1. A CONTRATANTE exercerá a Fiscalização geral do objeto prestados do presente CONTRATO, através de servidor designado para esta fiscalização, cabendo ao mesmo (a) todos os atos burocráticos indispensáveis para Administração Pública.

10.2. Fica a Contratada obrigada a permitir e facilitar a qualquer tempo, a Fiscalização do objeto, facultando o livre acesso as instalações da empresa, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o negócio ora contratado, sem que essa Fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da Contratante.

10.3. A Fiscalização verificará o cumprimento das especificações e aplicação dos métodos de ensaios pertinentes, bem como a quantidade, qualidade e aceitabilidade dos produtos.

10.4. Fica estabelecido que a fiscalização não terá poder para eximir a Contratada de qualquer obrigação prevista neste contrato.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA – TRIBUTOS**

11.1. Qualquer alteração, criação ou extinção de benefícios fiscais ou tributos (impostos, taxas ou contribuição de melhoria), após a assinatura deste contrato, que reflita, comprovadamente, na execução do objeto, facultará às partes a sua revisão, para mais ou para menos, por mútuo e expresse acordo, observada a legislação vigente.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOCUMENTOS ANTERIORES E REGISTROS**

12.1. Em caso de divergência existente entre os documentos integrantes do presente contrato, fica estabelecido que este instrumento prevalecerá como regulador do objeto ora contratado, substituindo toda e qualquer documentação anteriormente fornecida entre o Contratante e a Contratada.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO**

13.1. A inexecução total ou parcial deste Termo de Contrato ensejará a sua rescisão, na forma dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

13.2. A Contratada reconhece os direitos do Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

13.3. Não poderão ser invocados como motivo de força maior ou caso fortuito, senão aquele previsto no Art. 393 do Código Civil Brasileiro.



13.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO**

14.1. Os preços contratados serão fixos e irredutíveis.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO**

15.1. A Contratada fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, na forma do estatuída no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

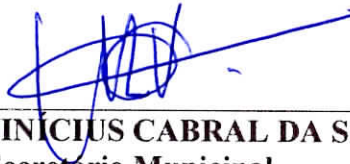
16.1. Nos casos omissos deverão ser aplicadas as disposições legais da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

17.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Timon, com renúncia expressa a qualquer outro, para solução de quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Timon, 06 de dezembro de 2023.



**MARCUS VINICIUS CABRAL DA SILVA**  
Secretário Municipal  
Portaria nº 0302/2022-GP  
**CONTRATANTE**

  
**FRANCIMALIA MAGALHÃES DE PAIVA DIAS SAMPAIO**  
CPF: 629.948.753-49  
**CONTRATADA**

#### **TESTEMUNHAS:**

1) Nome: Jose Carlos L. Carvalho Junior CPF.: 006.212.123-50

2) Nome: Jaqueline Sousa Silva CPF.: 070.848.797-90



**SEMUF****EDITAL DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO Nº 055/2023  
TERMO FINAL DE FISCALIZAÇÃO Nº 87/2023**

Faz saber a **LEICIANE OLIVEIRA DOS SANTOS** CNPJ/CPF: 02377999360 endereço: **RUA MEDELIM, Nº 04761, BAIRRO FRANCISCO MARREIROS – TERESINA - PI**, que diante da tentativa frustrada de sua notificação pessoal fica o mesmo notificado por edital conforme art.497, inciso III §4º e art.498, inciso III, todos da lei complementar Nº 025 de 17 de dezembro de 2013, e tendo em vista a fiscalização de rotina através da Ordem de Serviço nº 2720-2563, em tramitação na Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de Timon, localizada na Rua Cel. Falcão, 393, Centro, Timon - MA; fica o contribuinte ciente acerca da lavratura do Termo Final de Fiscalização Nº 87/2023 datado em 26 de outubro de 2023, para no prazo de 20 (vinte) dias, após a data desta publicação, satisfazer as obrigações tributárias ou apresentar impugnação ao levantamento tributário realizado pelo fisco municipal.

Timon (MA), 06 de dezembro de 2023.

George Matheus da Silva Araújo  
Gerente de ISS e Taxas

**EDITAL DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO Nº 056/2023  
TERMO FINAL DE FISCALIZAÇÃO Nº 90/2023**

Faz saber a **TAYLANE PIRES MENDES** CNPJ/CPF: 06535594378 endereço: **RUA MARIA MIRTO DE SA, Nº 1180, BAIRRO SANTA MARIA DA CODIPI – TERESINA - PI**, que diante da tentativa frustrada de sua notificação pessoal fica o mesmo notificado por edital conforme art.497, inciso III §4º e art.498, inciso III, todos da lei complementar Nº 025 de 17 de dezembro de 2013, e tendo em vista a fiscalização de rotina através da Ordem de Serviço nº 2732-2575, em tramitação na Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de Timon, localizada na Rua Cel. Falcão, 393, Centro, Timon - MA; fica o contribuinte ciente acerca da lavratura do Termo Final de Fiscalização Nº 90/2023 datado em 21 de outubro de 2023, para no prazo de 20 (vinte) dias, após a data desta publicação, satisfazer as obrigações tributárias ou apresentar impugnação ao levantamento tributário realizado pelo fisco municipal.

Timon (MA), 06 de dezembro de 2023.

George Matheus da Silva Araújo  
Gerente de ISS e Taxas

**EDITAL DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO Nº 057/2023  
TERMO FINAL DE FISCALIZAÇÃO Nº 89/2023**

Faz saber a **ADELINO ITALO SOUSA TAVARES** CNPJ/CPF: 02382052317 endereço: **QUADRA 63, CASA 07, Nº 07, BAIRRO SACI – TERESINA - PI**, que diante da tentativa frustrada de sua notificação pessoal fica o mesmo notificado por edital conforme art.497, inciso III §4º e art.498, inciso III, todos da lei complementar Nº 025 de 17 de dezembro de 2013, e tendo em vista a fiscalização de rotina através da Ordem de Serviço, em tramitação na Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de Timon, localizada na Rua Cel. Falcão, 393, Centro, Timon - MA; fica o contribuinte ciente acerca da lavratura do Termo Final de Fiscalização Nº 89/2023 datado em 27 de outubro de 2023, para no prazo de 20 (vinte) dias, após a data desta publicação, satisfazer as obrigações tributárias ou apresentar impugnação ao levantamento tributário realizado pelo fisco municipal.

Timon (MA), 06 de dezembro de 2023.

George Matheus da Silva Araújo  
Gerente de ISS e Taxas

**EDITAL DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO Nº 058/2023  
TERMO FINAL DE FISCALIZAÇÃO Nº 98/2023**

Faz saber a **ELISANGELA SOARES DA COSTA** CNPJ/CPF: 891.048.543-49 endereço: **RUA B, QUADRA 48, LOTE 10A, VILA DO BEC, BAIRRO PLANALTO BOA ESPERANÇA – TIMON-MA**, que diante da tentativa frustrada de sua notificação pessoal fica o mesmo notificado por edital conforme art.497, inciso III §4º e art.498, inciso III, todos da lei complementar Nº 025 de 17 de dezembro de 2013, e tendo em vista a fiscalização de rotina através da Ordem de Serviço nº 2723-2566/2023, em tramitação na Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de Timon, localizada na Rua

Cel. Falcão, 393, Centro, Timon - MA; fica o contribuinte ciente acerca da lavratura do Termo Final de Fiscalização Nº 98/2023 datado em 14 de novembro de 2023, para no prazo de 20 (vinte) dias, após a data desta publicação, satisfazer as obrigações tributárias ou apresentar impugnação ao levantamento tributário realizado pelo fisco municipal.

Timon (MA), 06 de dezembro de 2023.

George Matheus da Silva Araújo  
Gerente de ISS e Taxas

**EXTRATO DE RETIFICAÇÃO**

**MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**  
Retifica-se o extrato do Contrato nº 080/2023, Processo Administrativo 290/2023, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Timon/MA, Edição - nº 2.773, do dia 20 de novembro de 2023.  
**ONDE SE LÊ:** Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUNDAC, CNJP sob o nº 18.113.863/0001-47.  
**LEIA-SE:** Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUNDAC, CNJP sob o nº 18.113.893/0001-47.

Retifica-se o extrato do Contrato nº 81/2023-SEMDES, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Timon/MA, Edição - nº 2.779, do dia 28 de novembro de 2023.

**MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**  
**ONDE SE LÊ: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**  
Unidade Gestora: 021902- Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.  
Projeto Atividade: 2183- Progr. Criança Feliz; 2011- Manutenção do Programa Criança; 2013 - CRAS; 2014 - Piso Fixo Média Complexidade CREAS/MSE/CENTRO POP/ABORDAGEM SOCIAL; 2016 - Piso Fixo de Alta Complexidade PAC I CRIANÇA/ADOLESC. e PAC II - RES.  
INCLUS./ABRI.POP/SERV.ACOLHIM.ADULTO/FAMILIA; 2017- Bolsa Família; 2226- Manutenção do Auxílio Brasil; 2164- Serv. de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.  
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.  
Fonte de Recurso: 500- Recursos próprios; 660 – Transf. Do FNAS.  
**LEIA-SE:** Dotação Orçamentária:  
Unidade Gestora: 021902- Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.  
Projeto Atividade: 2183- Progr. Criança Feliz; 2011- Manutenção do FMAS; 2013 - CRAS; 2014 - Piso Fixo Média Complexidade CREAS/MSE/CENTRO POP/ABORDAGEM SOCIAL; 2016 - Piso Fixo de Alta Complexidade PAC I CRIANÇA/ADOLESC. e PAC II - RES.  
INCLUS./ABRI.POP/SERV.ACOLHIM.ADULTO/FAMILIA; 2226- Manutenção do Auxílio Brasil; 2164- Serv. de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.  
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.  
Fonte de Recurso: 500- Recursos próprios; 660 – Transf. Do FNAS.

**EXTRATO DE APOSTILAMENTO**

**MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**  
1º Termo de Apostilamento ao Contrato nº 051/2018 - SEMS, firmado entre o Município de Timon, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde e a Empresa TEXTO E ARTE PROPAGANDA LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 03.935.353/0001-71. Fundamentação: Art. 8º, do art. 65, da Lei nº 8666/93, c/c “caput” do art. 116 da mesma lei. Objeto: Alteração do nome empresarial da contratada, que passará a ser considerada a partir de então como “SOFIA COMUNICAÇÃO LTDA”, conforme aditivo ao contrato social apresentado pela contratada. Assinatura: 06/12/2023.

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 048/2023 – CGCL**  
**INTERESSADO:** Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal - SEMAG, por meio da Coordenação Geral de Controle das Licitações - CGCL.

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS APARELHOS DE AR-CONDICIONADO, GELADEIRAS, BEBEDOUROS E FREEZERS, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TIMON/MA.  
**DATA E HORA DE INICIO DAS PROPOSTAS:** 23h59min do dia 07/12/2023. **DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:** 08h30min do dia 19/12/2023.  
**DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS - SESSÃO PÚBLICA:** 09h00min do dia 19/12/2023. **LOCAL:** [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo (horário e min) será observado o horário de Brasília (DF). O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). **Informações:** Coordenação Geral de Controle de Licitações do Município de Timon - MA, e-mail: [licitacao@timon.ma.gov.br](mailto:licitacao@timon.ma.gov.br). Timon/MA, 05 de novembro de 2023. **Laura de Carvalho Silva**, Pregoeira do Município de Timon/MA. PORTARIA Nº 088/2023-GP.

**EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO**

**MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**  
**Processo Administrativo nº 311/2023 – SEMDES, Contrato nº 85.**  
**Interessado:** MUNICÍPIO DE TIMON, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS.  
**Fundamentação Legal:** Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93 – Dispensa de licitação nº 28/2023– SEMDES.  
**Objeto:** Contratação de empresa para aquisição de peças para a manutenção corretiva nos aparelhos de ar-condicionado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, por meio da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28.  
**Contratante:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS.  
**Contratado:** HIPER FRIO MAGALHAES LTDA CNPJ: 23.724.465/0001-90.  
**Valor total:** R\$ 16.880,00 (dezesseis mil oitocentos e oitenta reais).  
**Vigência:** Até 31/12/2023.  
**Dotação Orçamentária:**  
Unidade Gestora: 021902 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS  
Projeto Atividade: 2183 – Manut. do Prog. Criança 2013-CRAS; 2014-Piso fixo Média Complexidade CREAS/MSE/CENTRO POP/ABORDAGEM SOCIAL; 2016-Piso Fixo de Alta Complexidade PAC I CRIANÇA/ADOLESC. e PAC II-RES. INCLUS./ABRI.POP/SERV.ACOLHIM.ADULTO/FAMILIA; 2164-Serv. de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, 2226-Manutenção do Auxílio Brasil; 2171-Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social.  
**Elemento de Despesa:** 3.3.90.30- Material de Consumo.  
**Fonte de Recurso:**500- Recurso Próprio e 660- Transf. do FNAS.

**INEDITORIAL**

**REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL**  
A empresa A & R DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, portadora do CNPJ 52.369.373/0001-38, estabelecida no endereço AV LUÍS FIRMINO DE SOUSA, Nº 3801, BAIRRO MUTIRÃO, CEP 65.635-822, TIMON – MA, torna Publico que requereu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente-SEMMA a expedição da licença Ambiental, de acordo com o Processo de nº 885/2023.



Assinado de forma digital por MUNICIPAL DE TIMON:06115307000114 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=PI, l=Teressina, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=20937130000162, ou=Presencial, ou=Certificado PJ A3, cn=MUNICIPAL DE TIMON:06115307000114 Dados: 2023.12.06 16:38:35 -03'00'